



Os Primeiros Autarcas do Século XXI Novas Estratégias ambientais ?

Lisboa, 12 de Julho de 2004

João Guerra

Joaquim Gil Nave

Luísa Schmidt

Implementação dos princípios da Agenda XXI

**Instrumento de mudança que
encoraja as administrações
locais a adoptar formas
integradas e sustentáveis de
desenvolvimento**

Factores que balizam a actuação da administração local em matéria de DS (I)

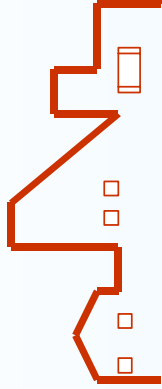
**Contribuição que
hoje se espera de
todos os níveis de
acção pública ou
colectiva na
resolução dos
problemas de
ambiente global**

**Que projectos de desenvolvimento e acções
de implementação?**

Que prioridades e conjugação de vontades?

**Que tipo de esforços e compromissos
políticos suportam, em cada município,
iniciativas articuláveis com a A21L ?**

Factores que balizam a actuação da administração local em matéria de DS (II)



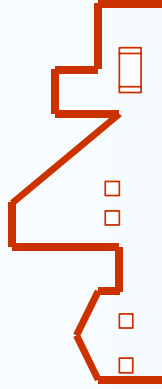
**Papel do poder
local na estrutura
política e
administrativa
em que assenta a
actuação do
Estado**

Responsabilidade de cumprir e fazer cumprir as leis ambientais e do ordenamento do território

Iniciativa política para o desenvolvimento

Responsabilidade de informação

Factores que balizam a actuação da administração local em matéria de DS (III)

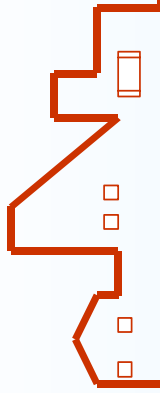


**Condições de
actuação do
poder local na
área ambiental
que decorrem do
enquadramento
político e
legislativo**

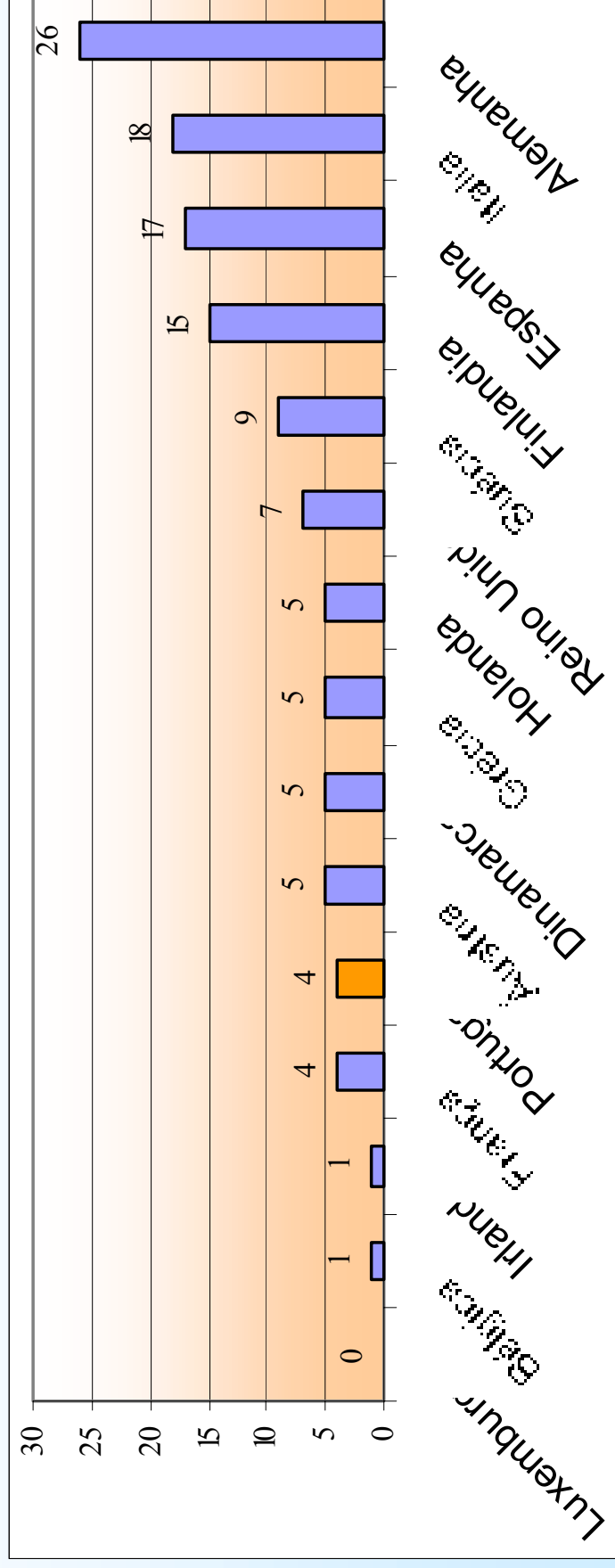
Principais dificuldades e constrangimentos

Acções já desenvolvidas e perspectivas de iniciativa política para os próximos anos

Sensibilidade e cultura ambiental dos autarcas e como vêem a participação social dos cidadãos

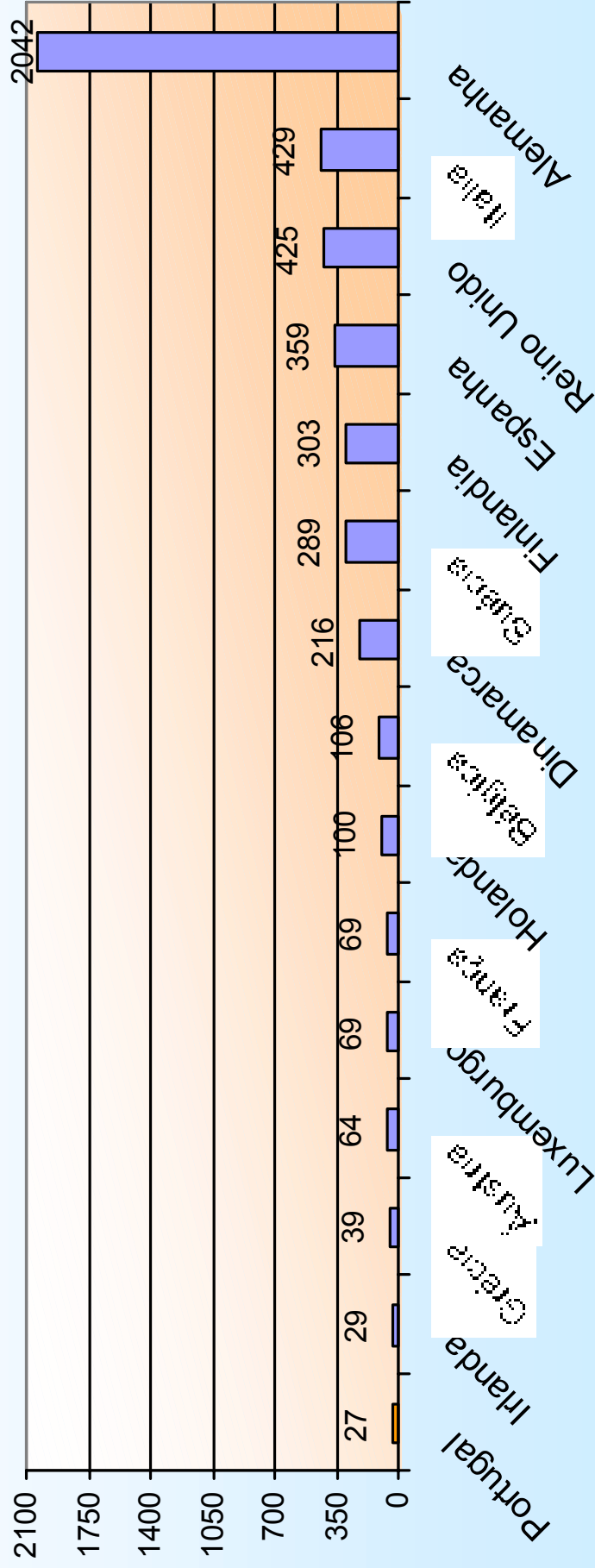


Membros do ICLEI – International Council for local Environmental initiatives, na Europa

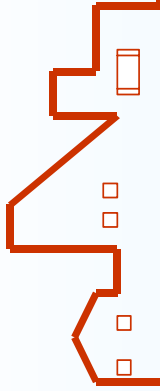


Fonte: International Council for Local Environmental Initiatives (2004)

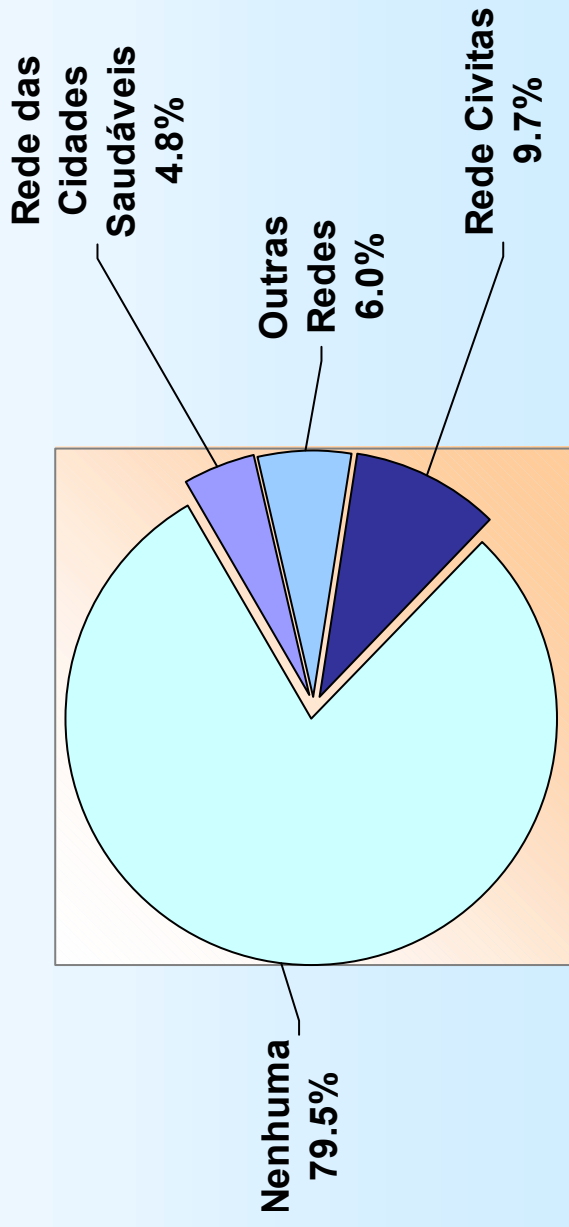
Agendas 21 Locais em curso ou em preparação, segundo o II Inquérito do ICLEI

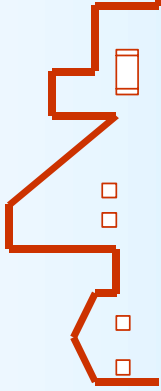


Fonte: Second Local Agenda 21 Survey (ICLEI, 2002 c)



Pertença a redes de municípios para o Desenvolvimento Sustentável, segundo os inquiridos

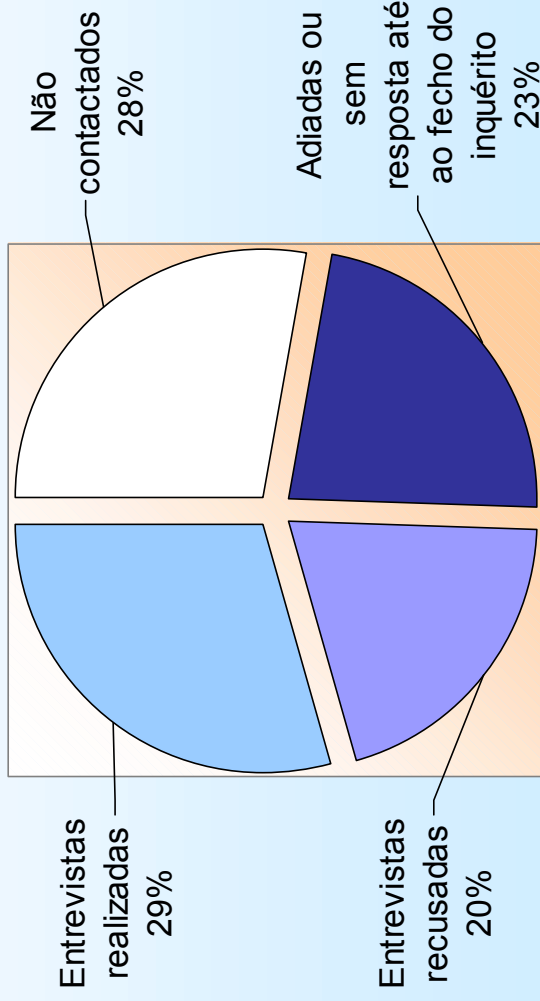




O Inquérito aos autarcas:

Obstáculos e singularidades
da sustentabilidade local

Sucesso / insucesso na obtenção de entrevistas aos Presidentes de Câmara



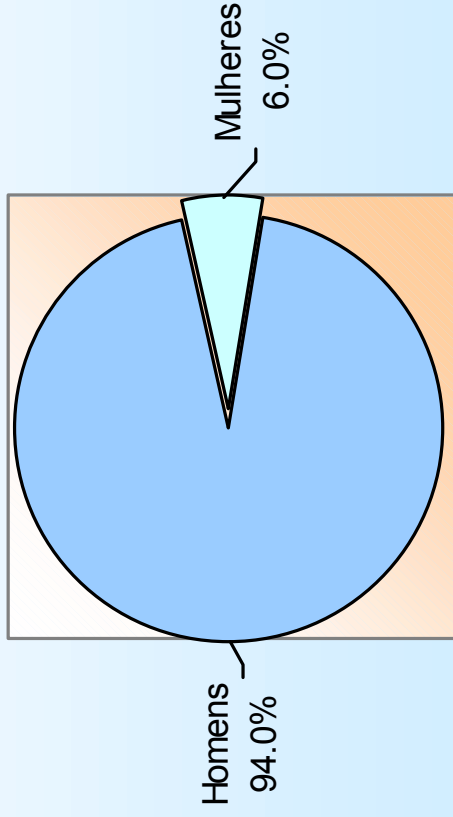
Universo: total dos municípios do Continente (278)

Representatividade:

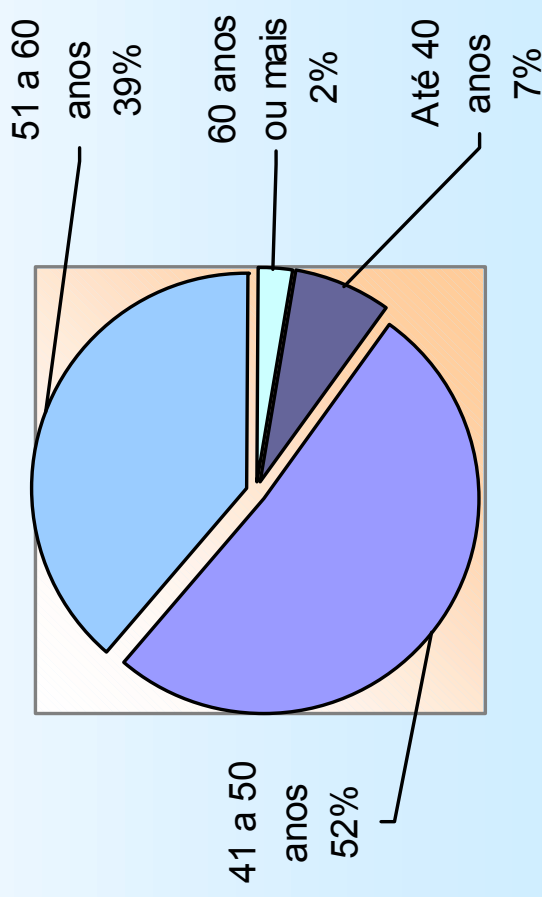
- Regiões (NUTs 3)
- Dimensão (Nº de habitantes)
- Força política

Presidentes de Câmara inquiridos segundo o sexo e o grupo etário

Inquiridos segundo o sexo

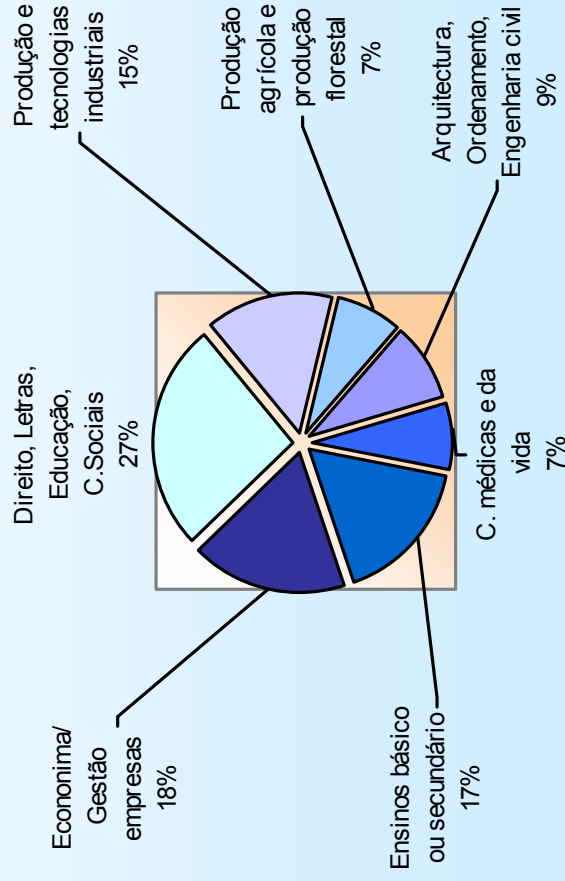


Inquiridos segundo o grupo etário

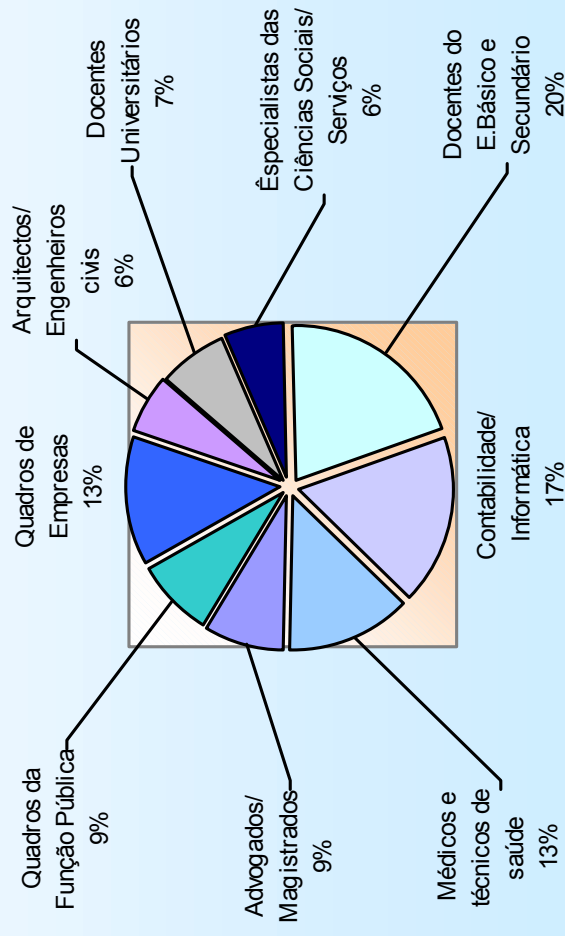


Área de formação de base e profissão anterior dos inquiridos

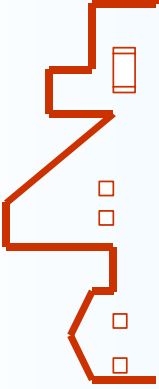
Área de formação de base dos inquiridos



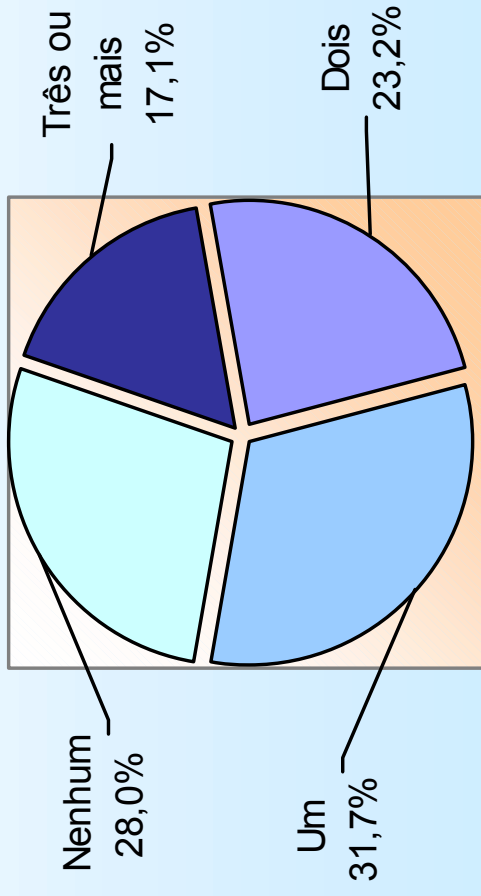
Profissão anterior dos inquiridos



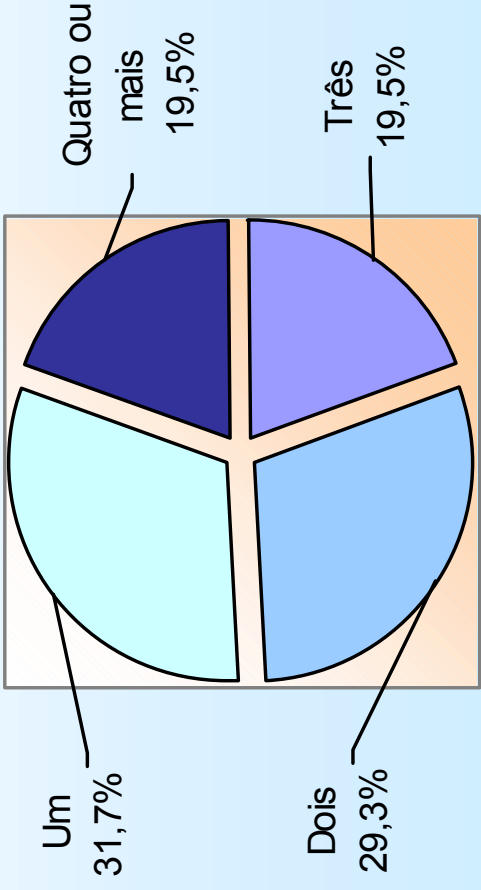
Mandatos como vereador e como Presidente de Câmara declarados pelos inquiridos



Mandatos como vereador

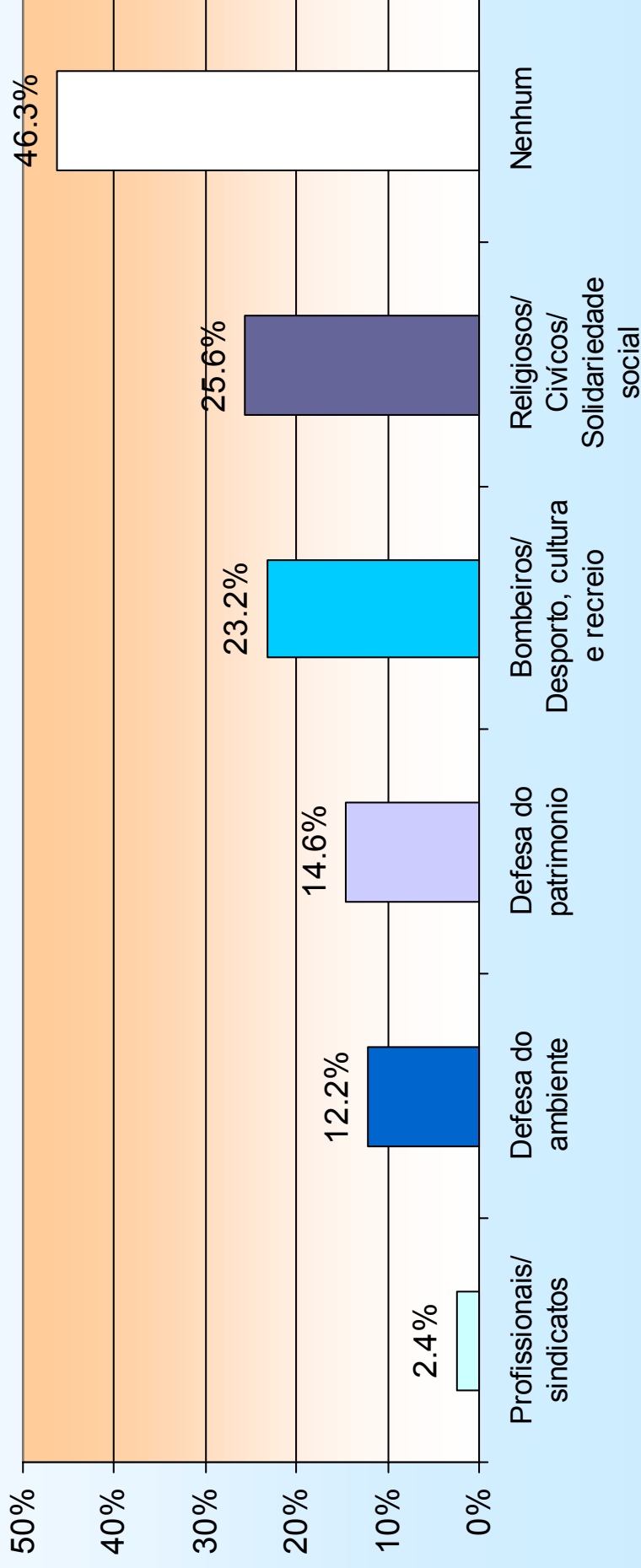


Mandatos como Presidente de Câmara

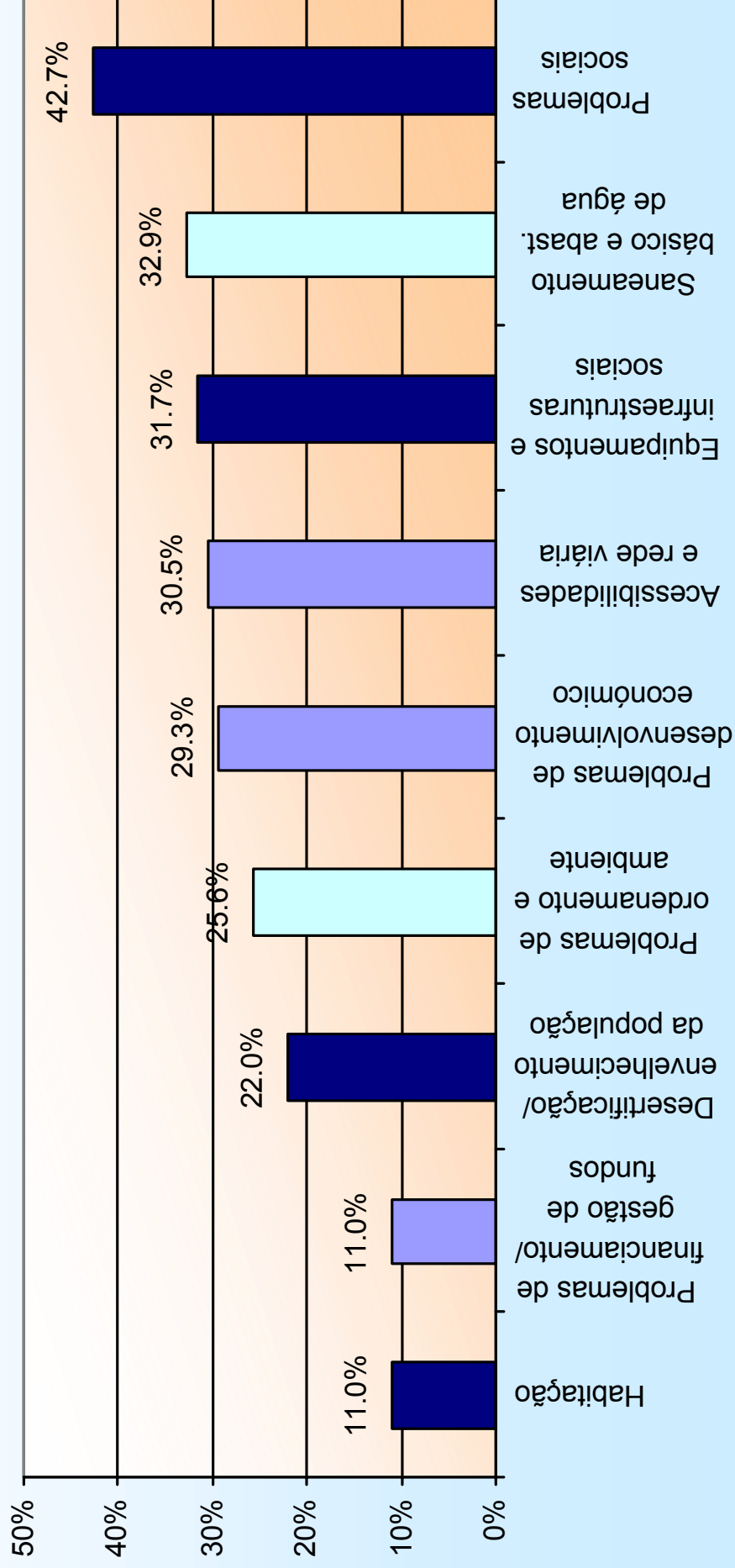
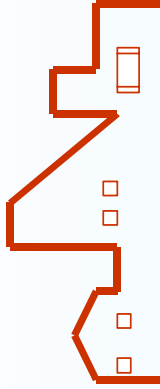




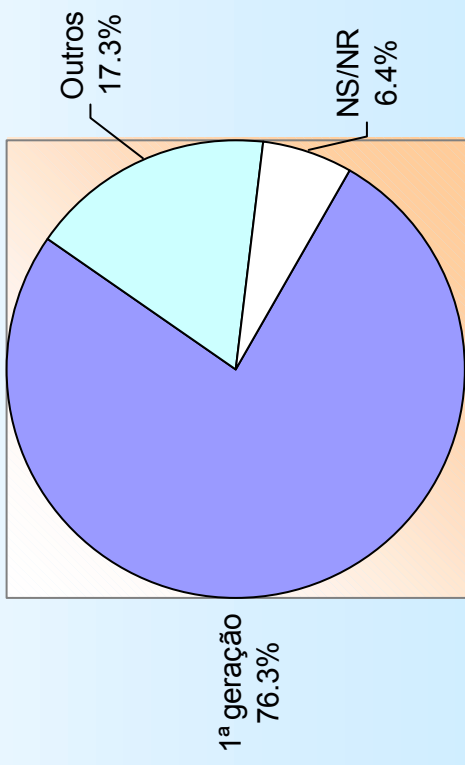
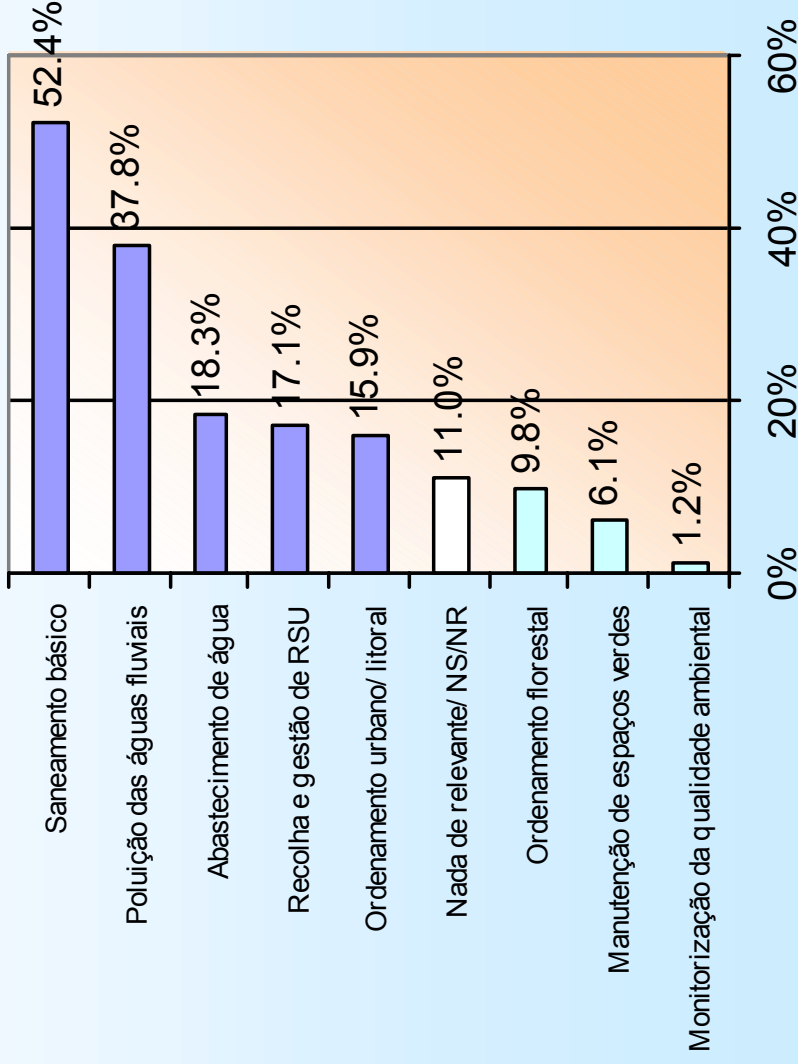
Envolvimento no movimento associativo dos Presidentes de Câmara inquiridos (resposta espontânea)



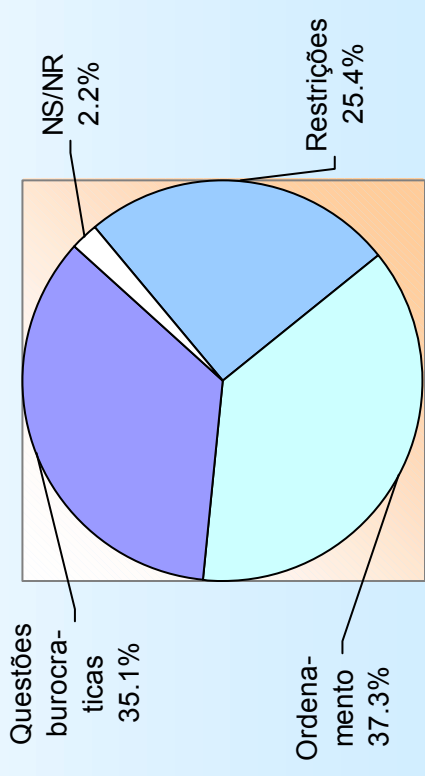
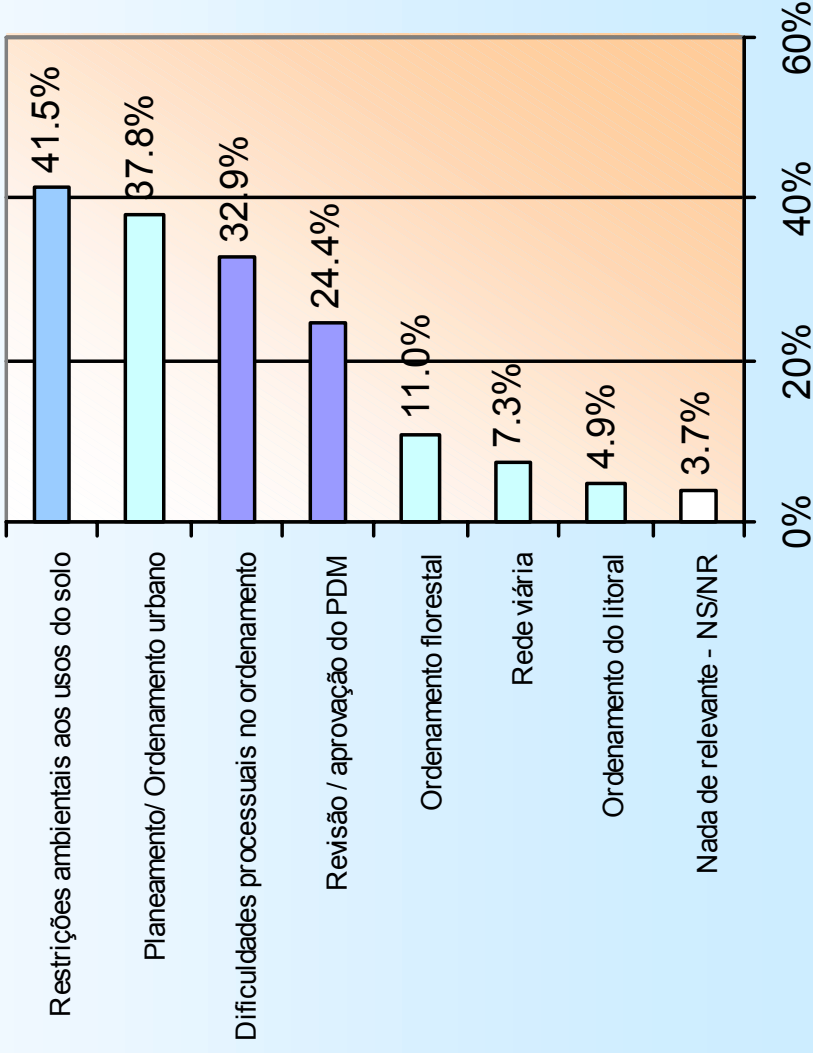
Problemas gerais do município que merecem mais atenção (resposta espontânea)



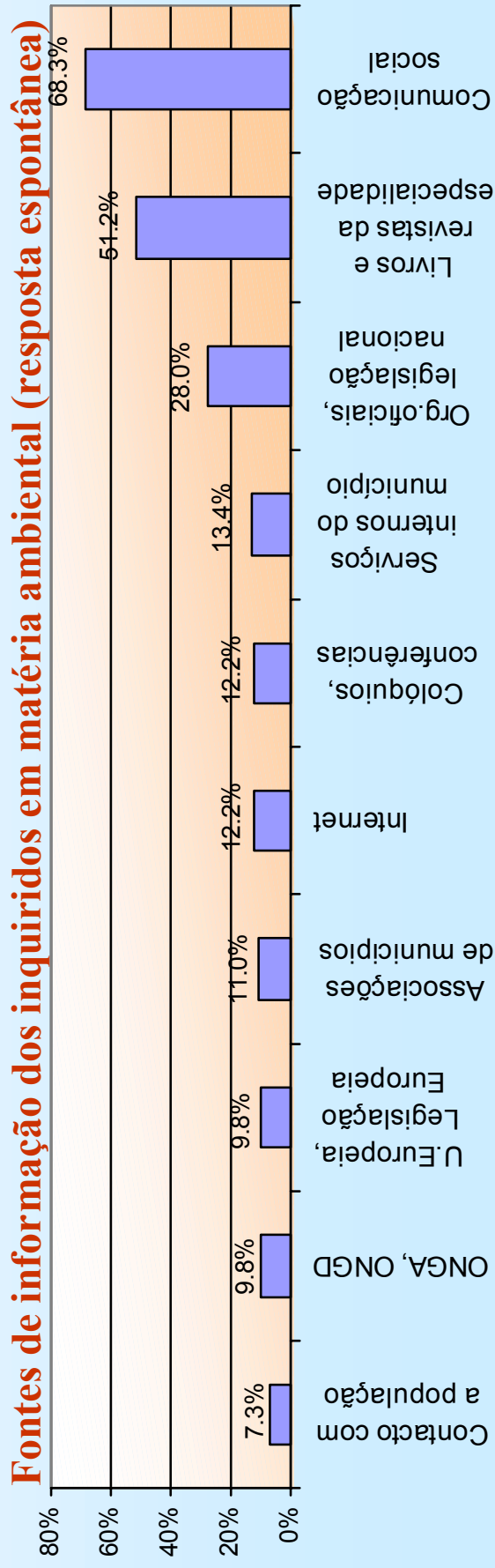
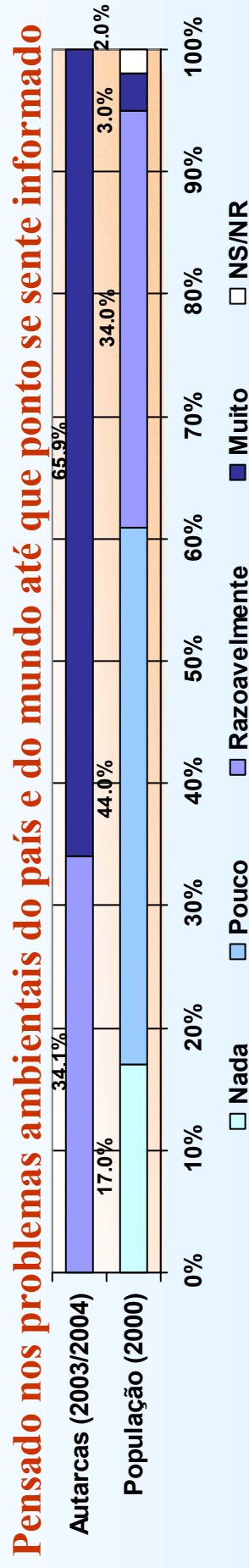
Problemas do Ambiente mais urgentes, segundo o inquirido (resposta espontânea)



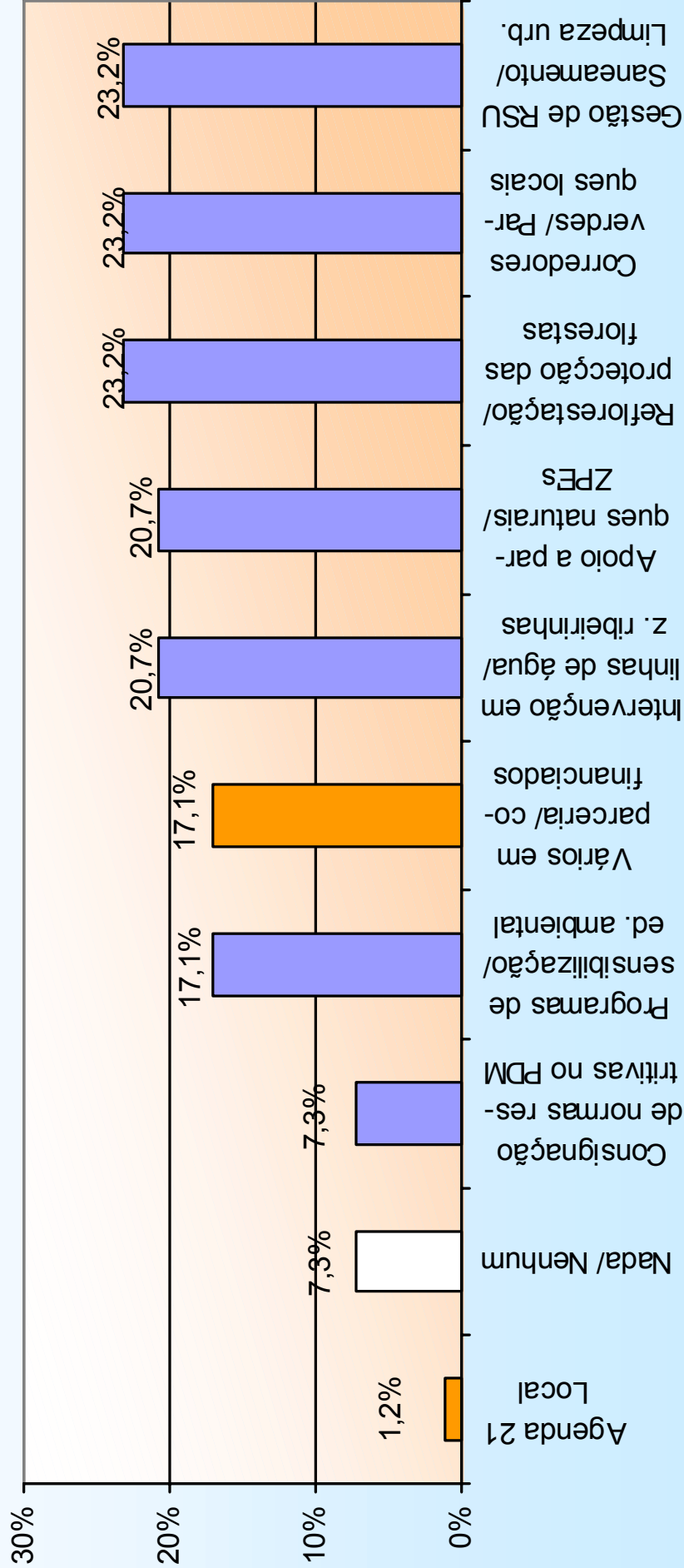
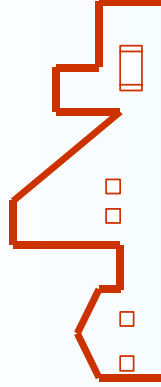
Problemas do Ordenamento do Território mais urgentes, segundo o inquirido (resposta espontânea)



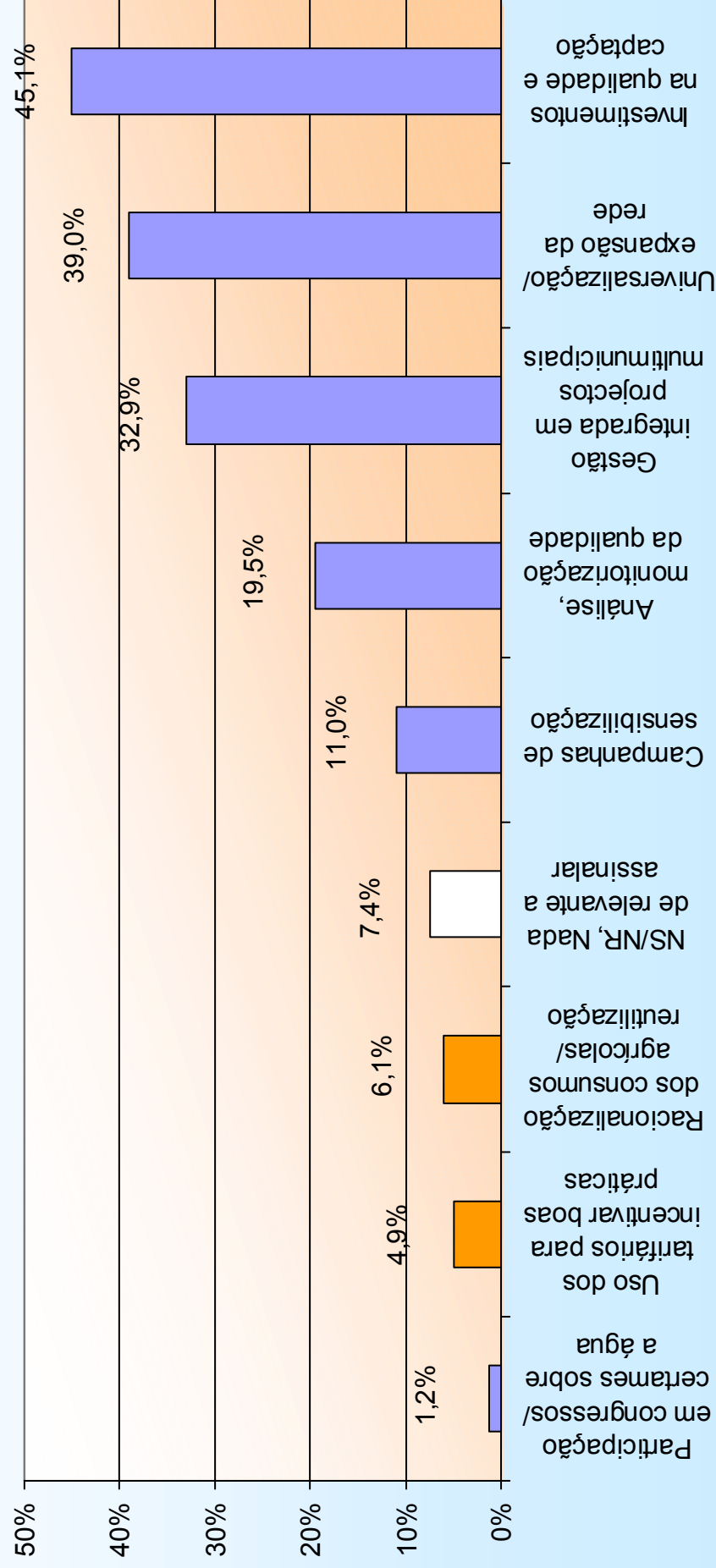
Informação sobre matérias de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



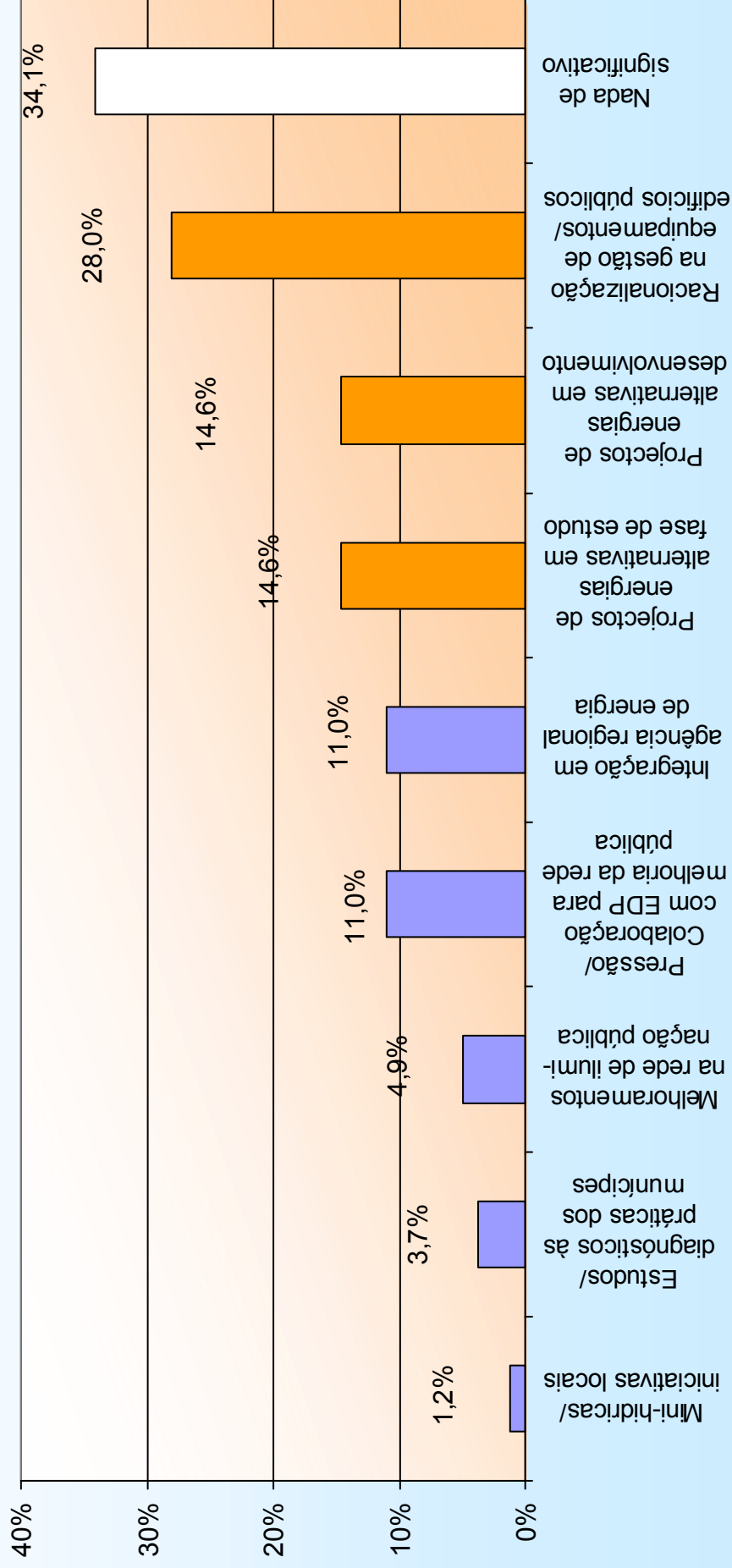
Medidas inovadoras para a conservação da natureza (resposta espontânea)



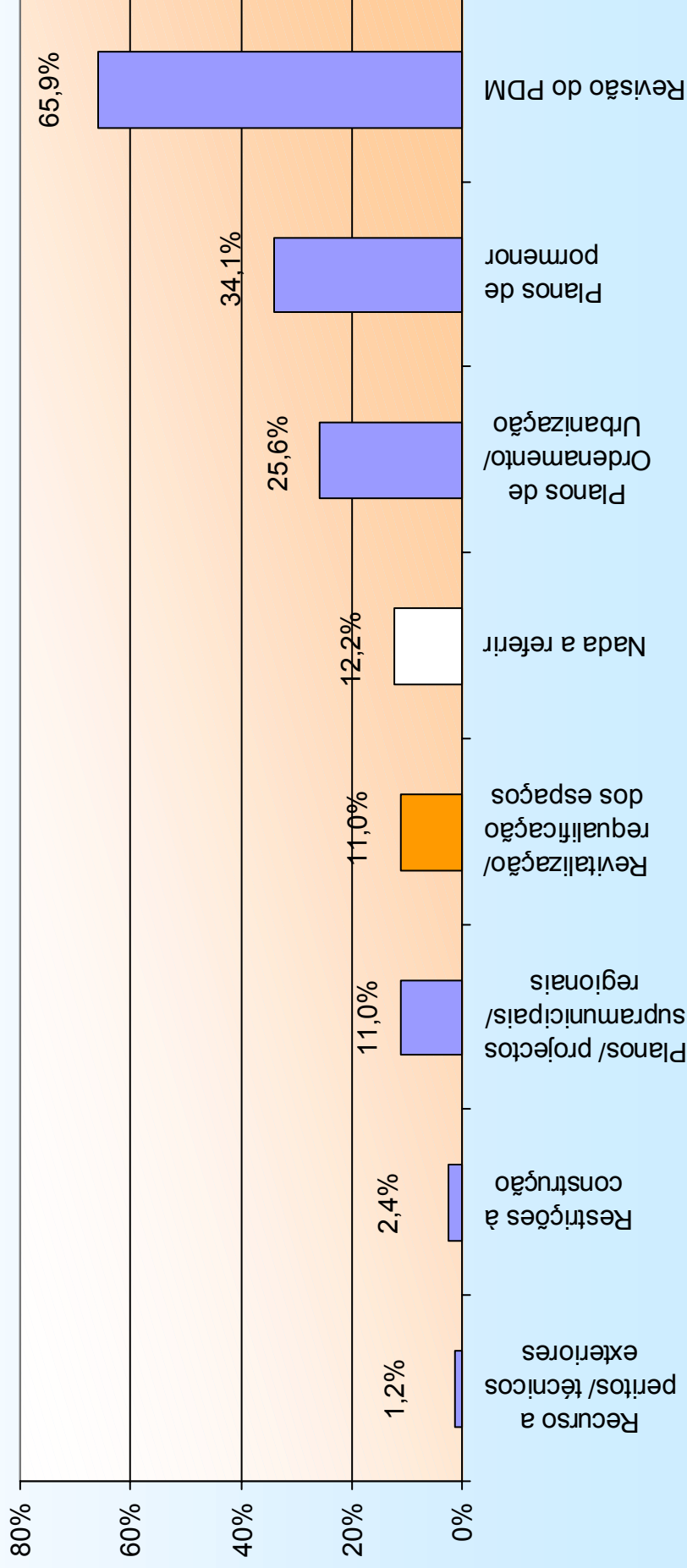
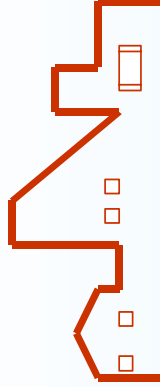
Medidas inovadoras para racionalizar o consumo de água potável (resposta espontânea)



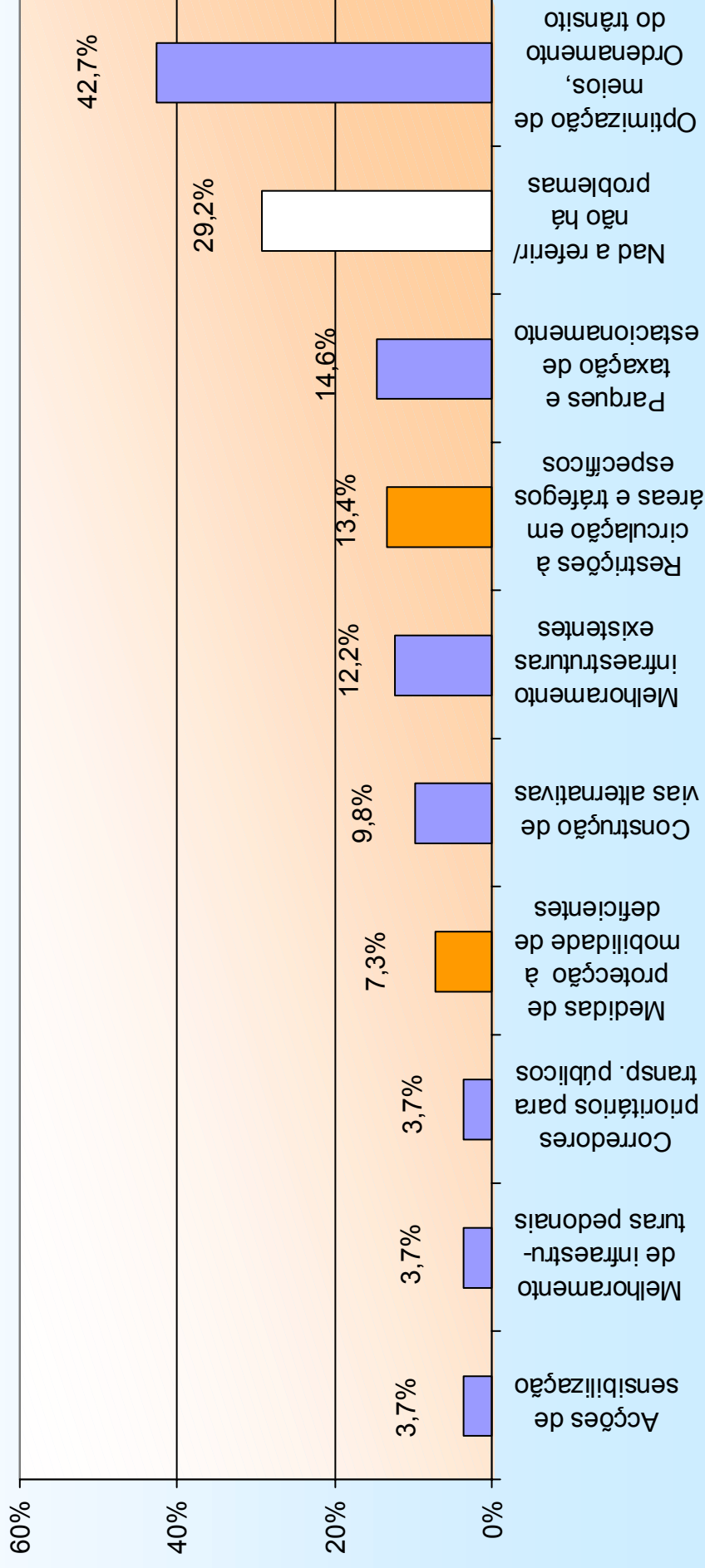
Medidas inovadoras para a gestão da energia (resposta espontânea)



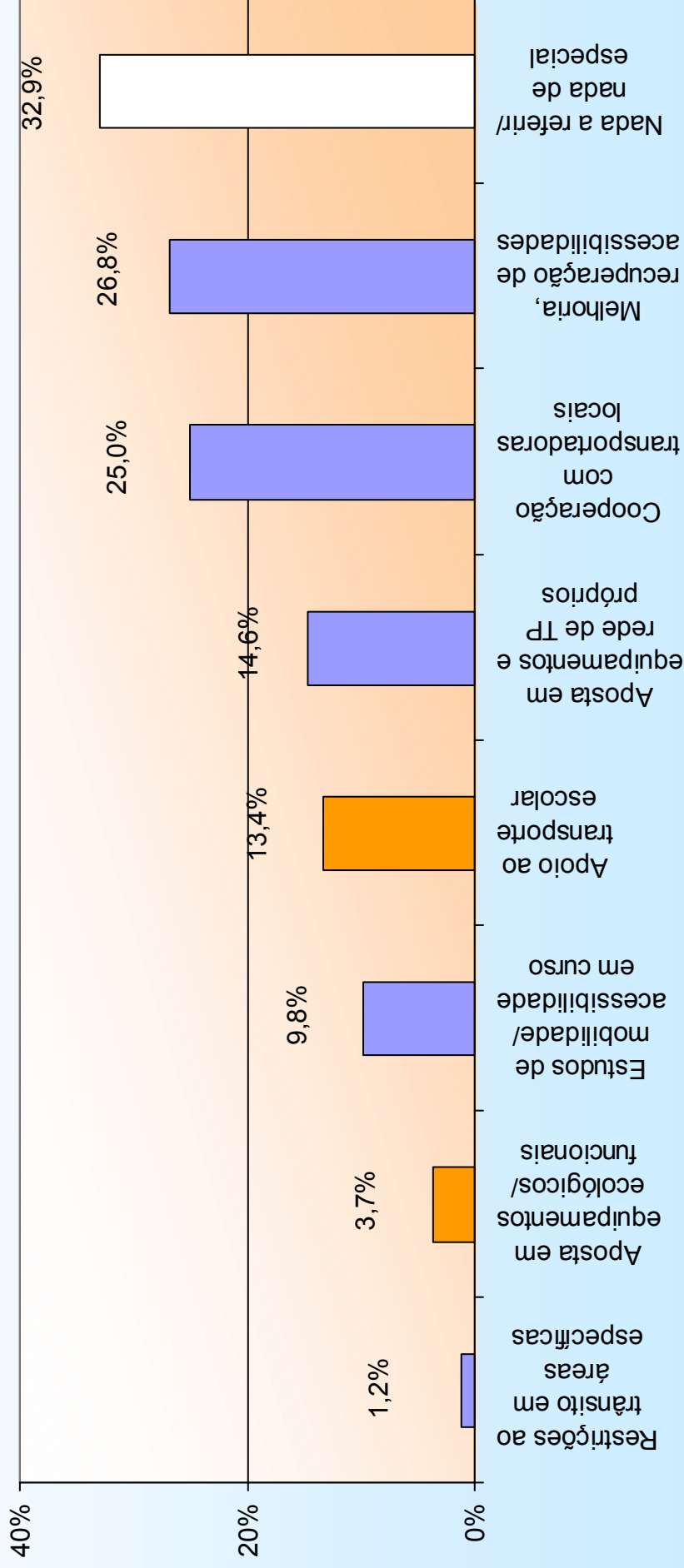
Medidas inovadoras de Ordenamento do Território (resposta espontânea)



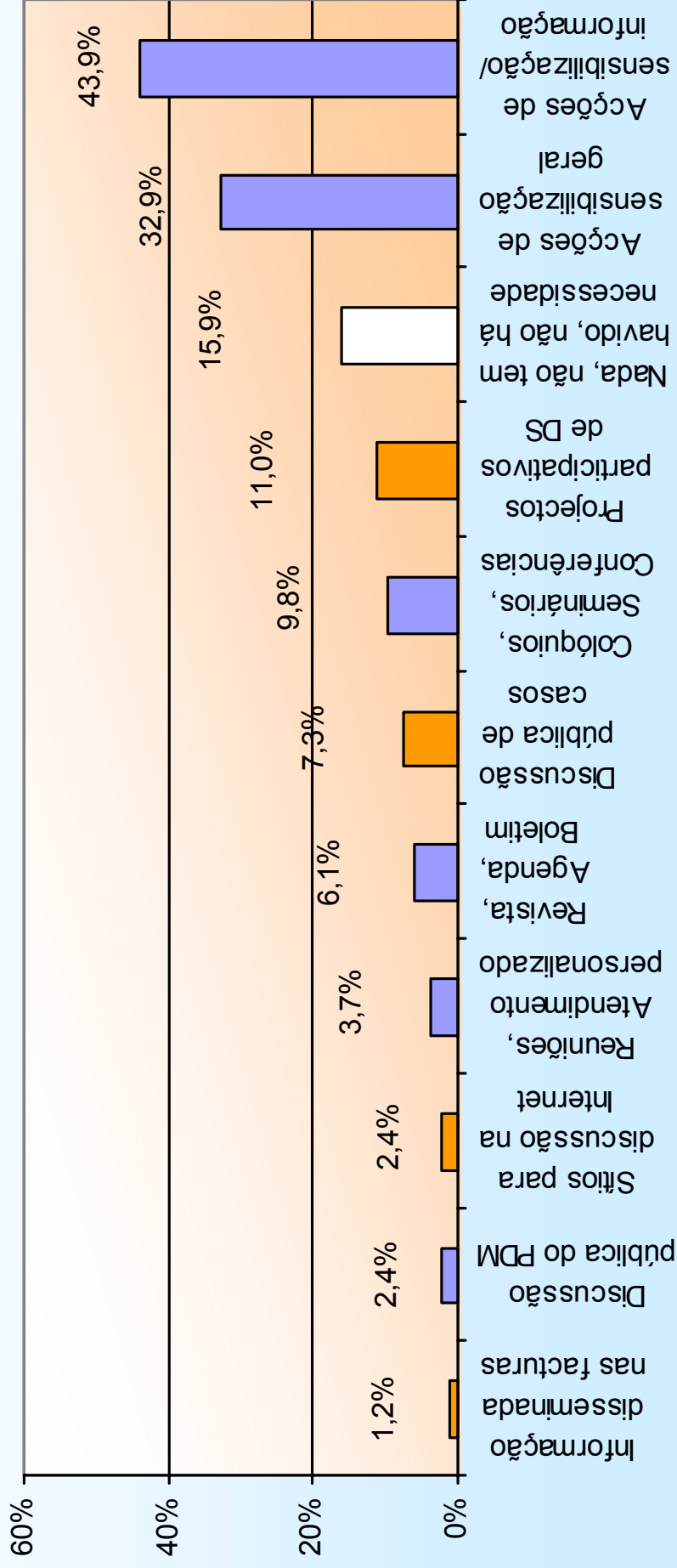
Medidas inovadoras para o trânsito automóvel e a mobilidade (resposta espontânea)



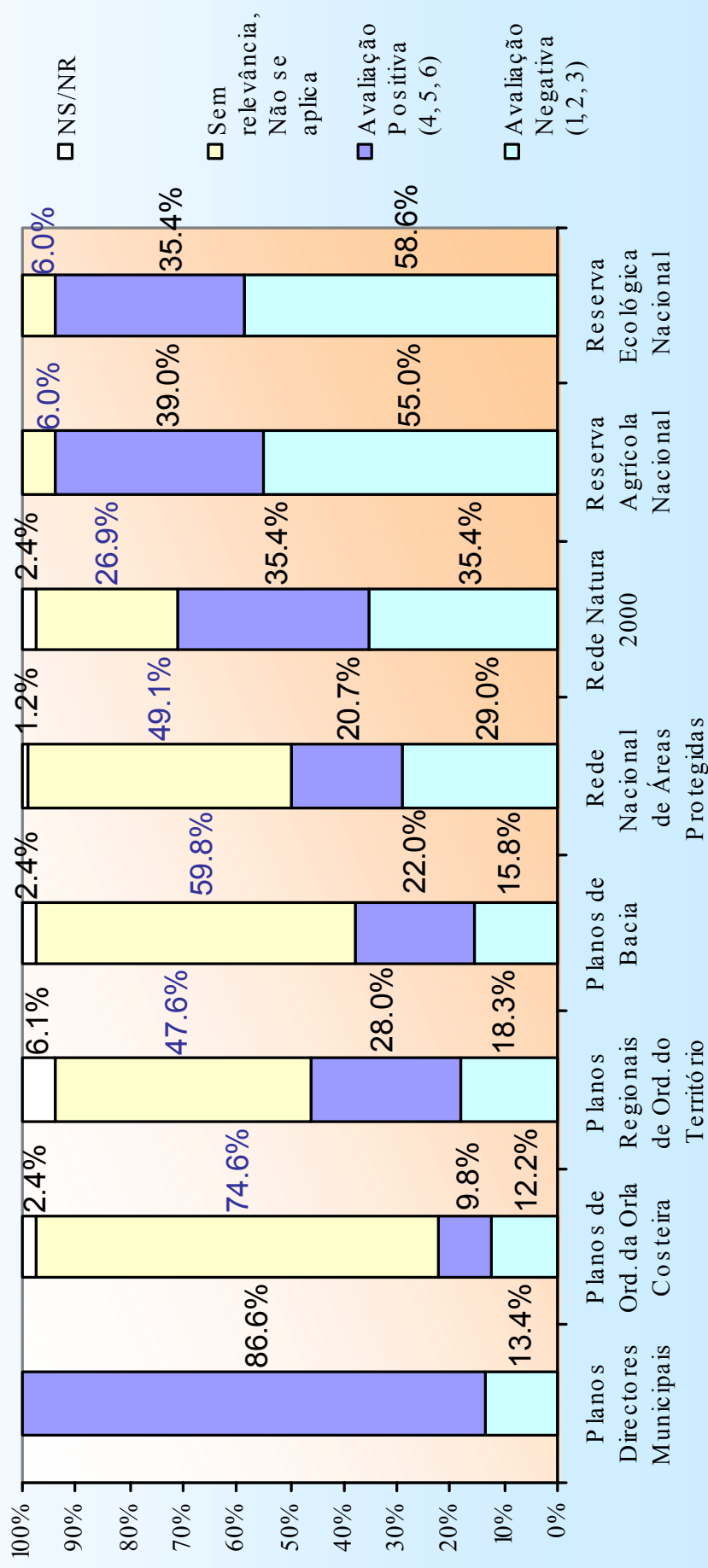
Medidas inovadoras para os transportes públicos a as acessibilidades (resposta espontânea)



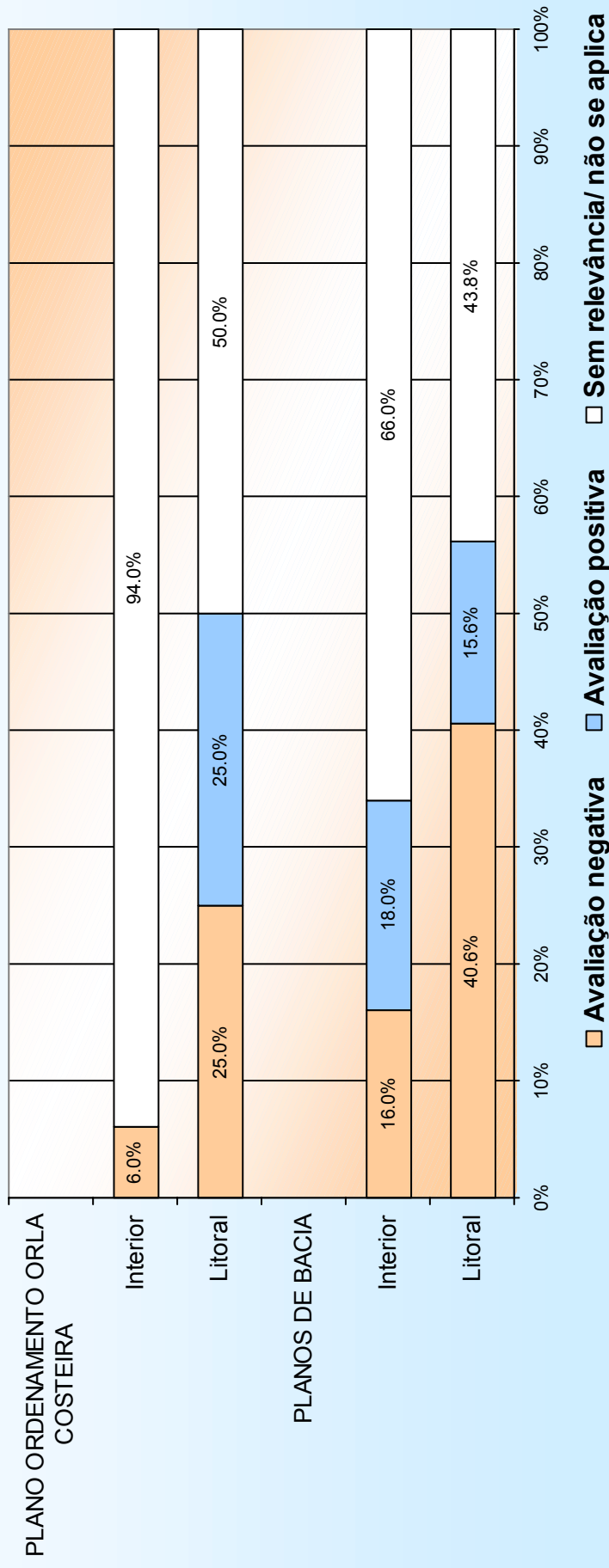
Medidas inovadoras para promover a informação e a participação (resposta espontânea)



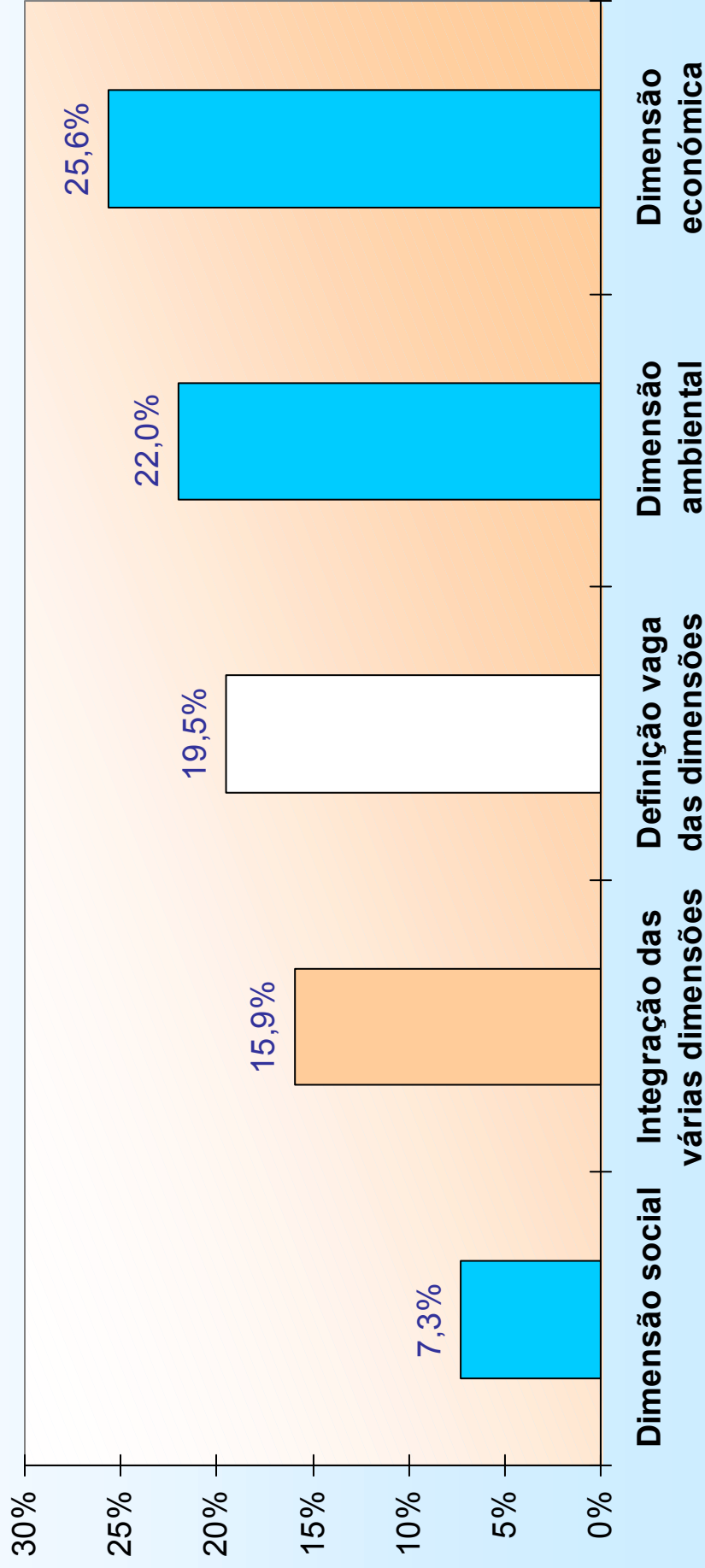
Opinião sobre alguns instrumentos de ordenamento no contexto da administração local



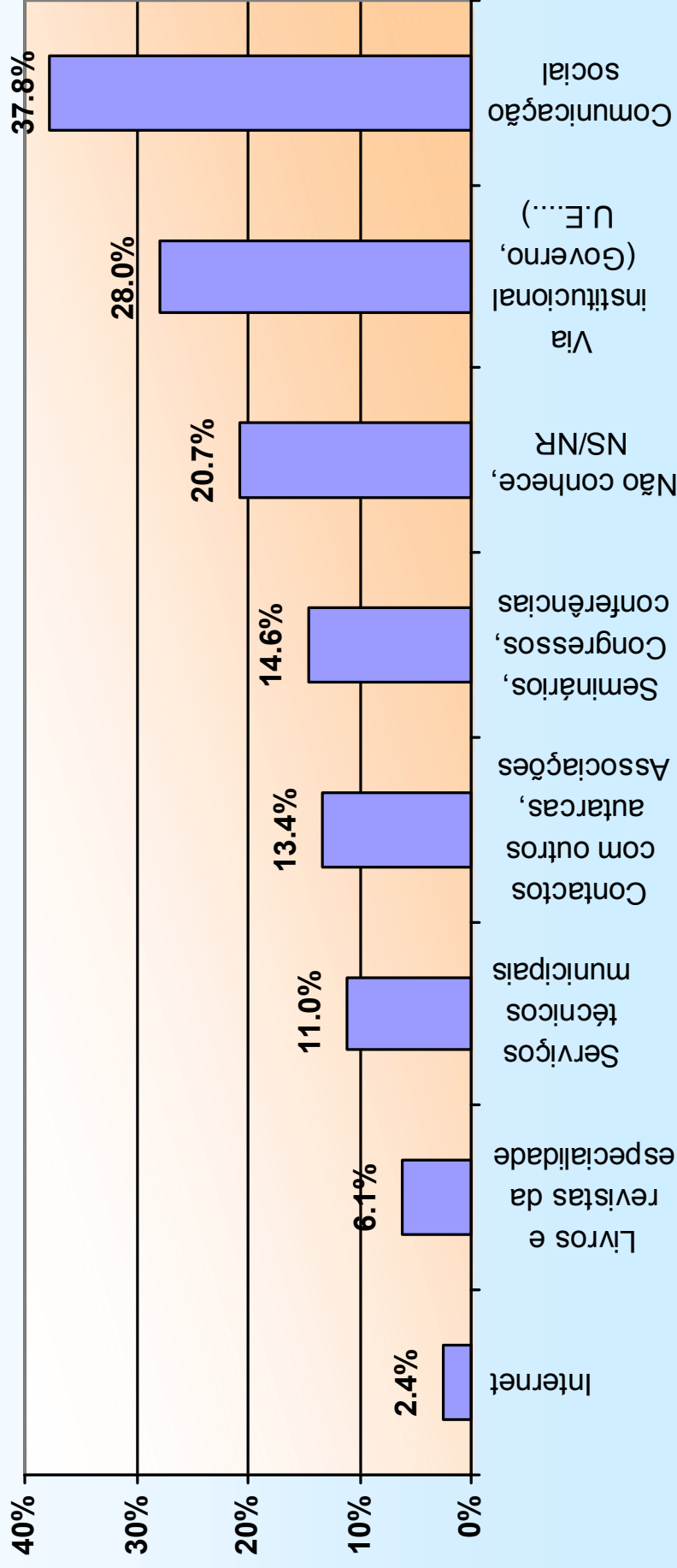
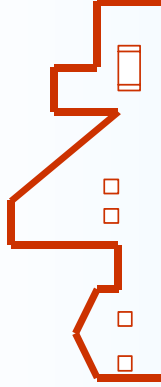
Avaliação de alguns instrumentos de ordenamento, segundo a dicotomia litoral / interior



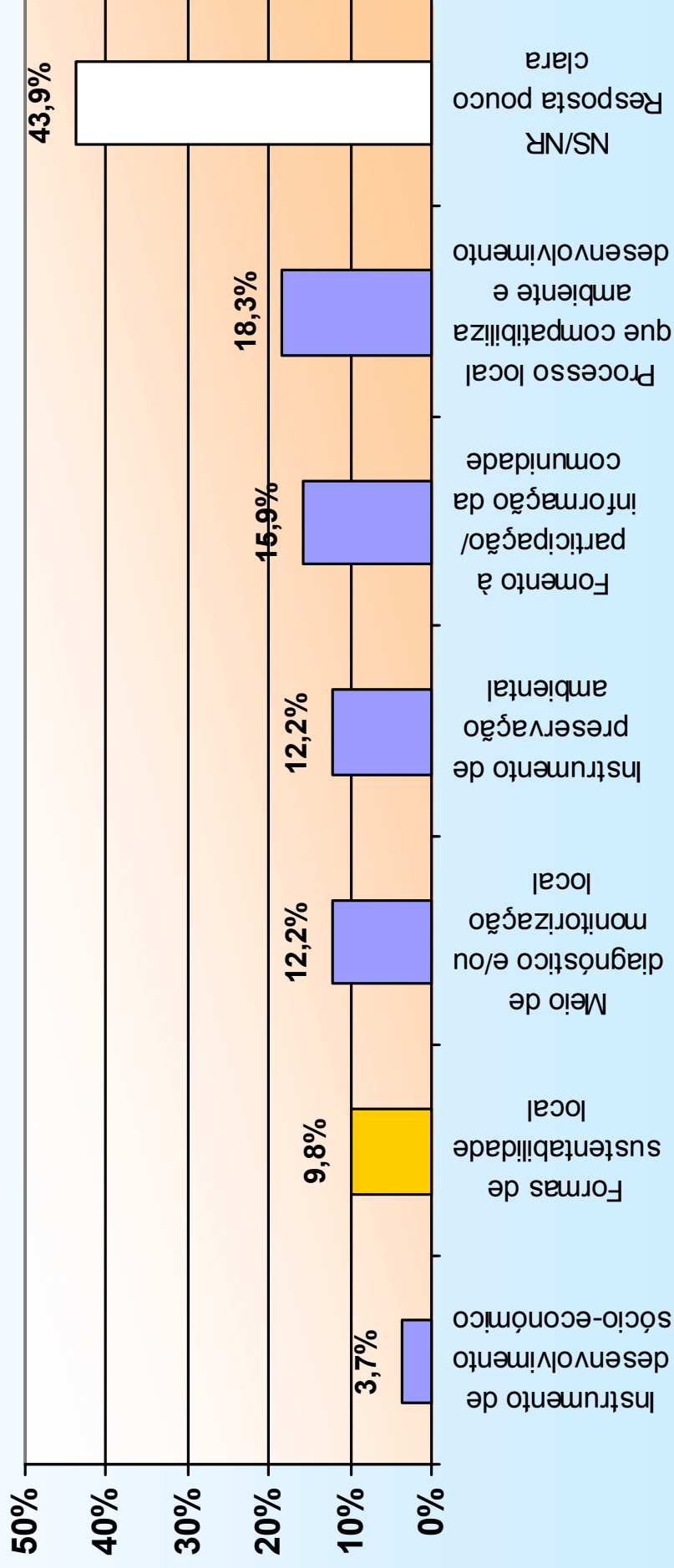
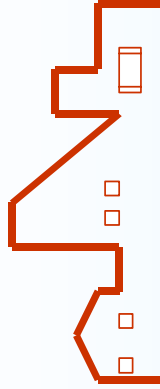
Dimensões do Desenvolvimento Sustentável, segundo resposta espontânea dos inquiridos



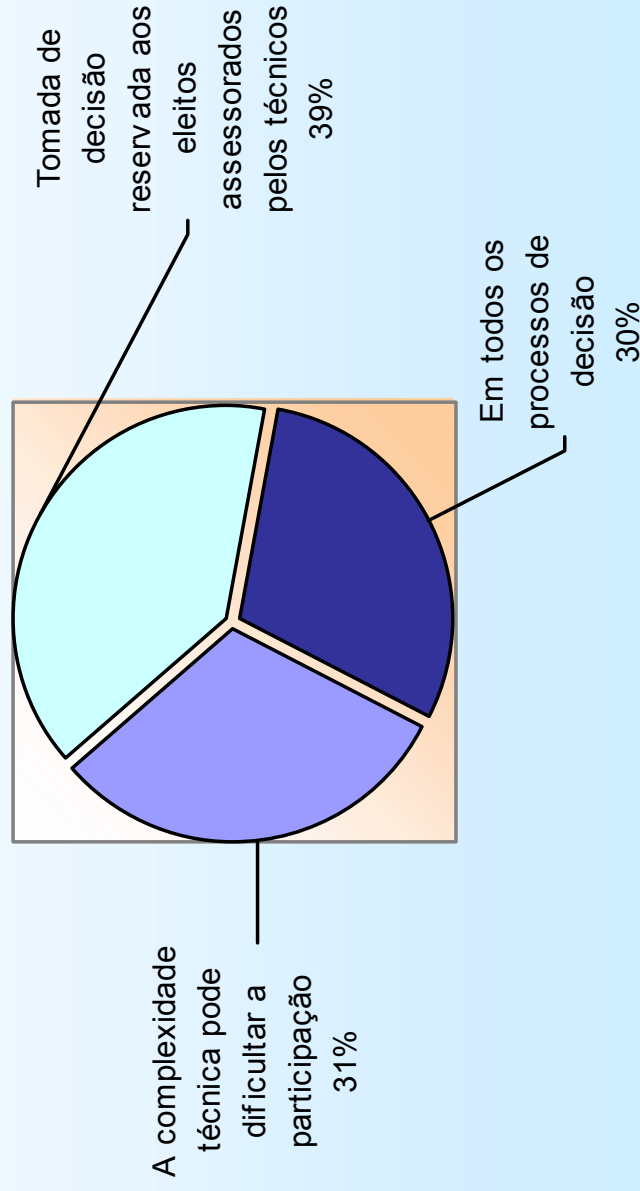
Como tomou conhecimento da Agenda 21 Local? (resposta espontânea)



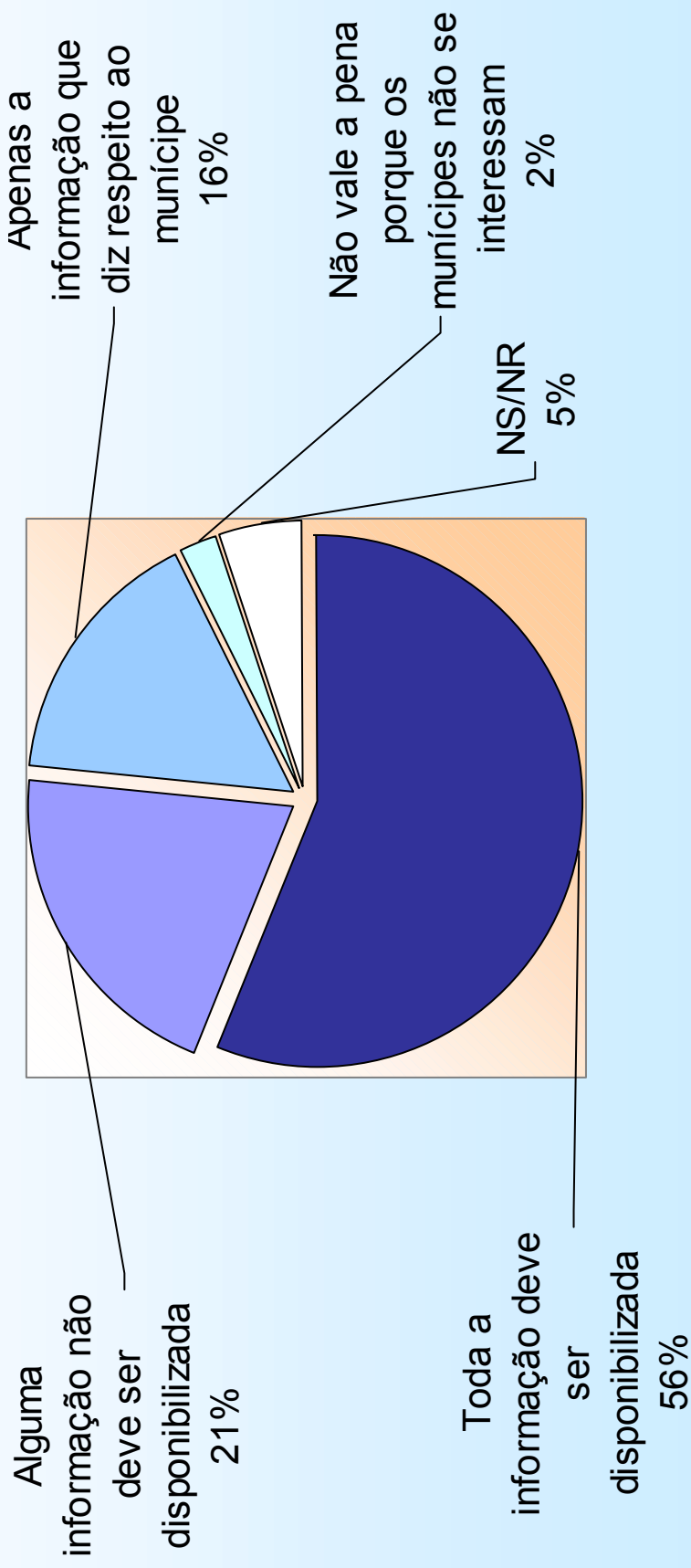
Como descreveria uma Agenda 21 Local? (resposta espontânea)



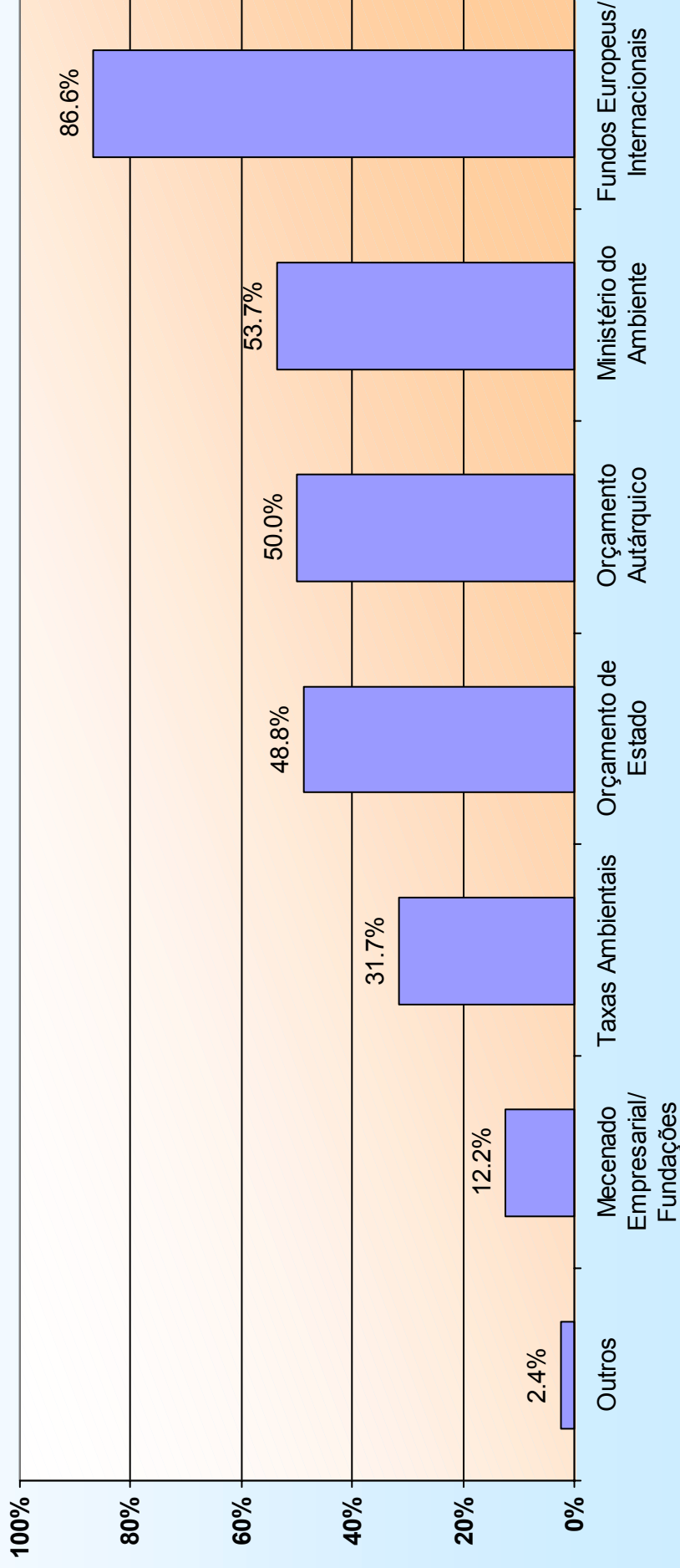
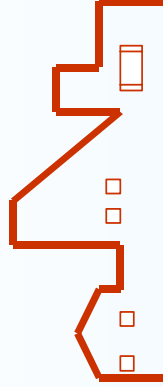
Papel reservado à população da população nos processos de tomada de decisão



Disponibilidade para fornecer informação independentemente dos constrangimentos legais

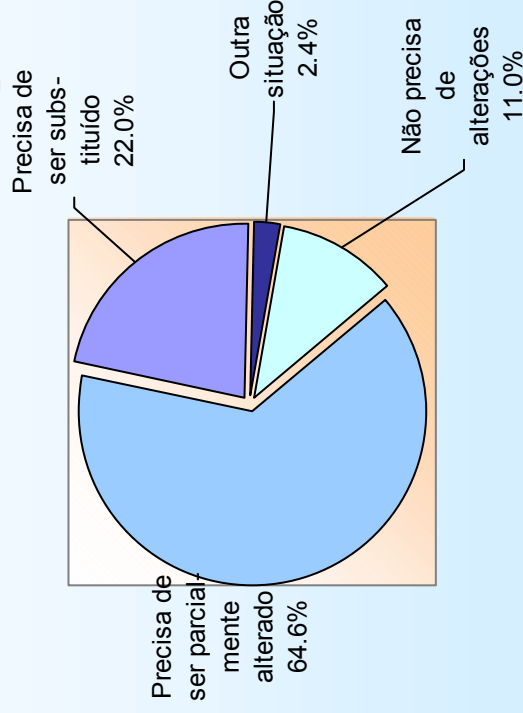


Os projectos de D.S. e os planos de inovação ou requalificação ambiental devem ser, prioritariamente, financiados por:

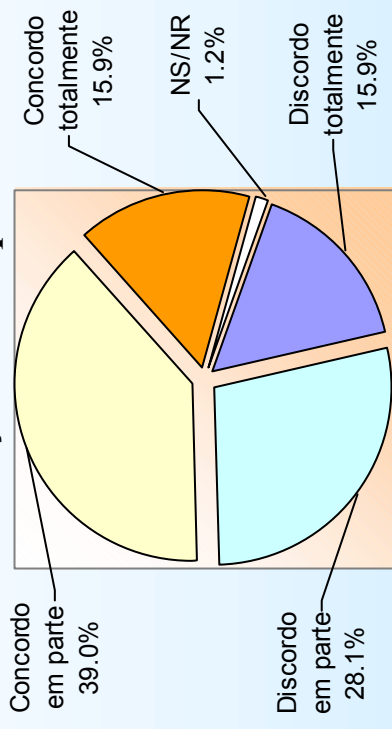


O modelo de financiamento autárquico segundo os inquiridos

Em relação ao modelo de financiamento actual considera que:

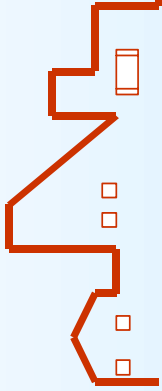


Dependência da sisa e outras contribuições autárquicas



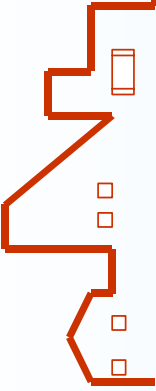
O actual modelo de financiamento autárquico é demasiado dependente de impostos como a sisa ou outras contribuições autárquicas, cuja origem tem sido a dinâmica de construção civil. Reside aqui o principal factor dos grandes problemas de ordenamento do território da maioria dos concelhos do país

OBSERVA



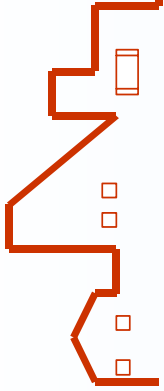
Conclusões





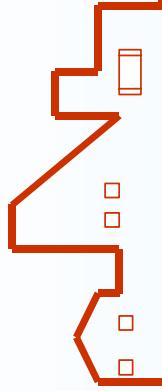
Agenda 21 Local: Um objecto virtual (1)

- Em termos comparativos, a Agenda 21 Local sofre actualmente em Portugal de uma situação de quase completo alheamento;
- A implementação da Agenda 21 Local entre nós tem sido um processo largamente incipiente com inúmeros obstáculos
 - (desde a inércia da administração central, à das autarquias e dos próprios cidadãos)



Agenda 21 Local: Um objecto virtual (2)

- **Do lado do Estado Central:**
 - Não se disponibilizam financiamentos/ incentivos
 - Não se definiu nenhuma entidade competente para implementar o processo (Focal Point)
 - Não se fizeram campanhas de divulgação e apoio técnico
 - Não se tem incentivado o debate público (*e.g.*, fim das “sessões públicas” AIA), nem o acesso à informação em matéria de ambiente em informação (*e.g.*, queixas à CADA = mais 40% entre 1995 e 2001)
- **Autarquias:**
 - Há outras prioridades (problemas mais básicos de “primeira geração”),
 - Não surgiram parcerias de carácter regional ou local.
- **Cidadãos:**
 - Estão afastados da problemática da A21L ou similares,
 - ONGA preocupadas com outras urgências (parecem não ter reconhecido as potencialidades da A21L)



Implementação de Agendas 21 Locais nalguns países europeus

% de municípios abrangidos por uma A21L ou processo similar	Ano de início e tendência de crescimento		Portugal
	Em 1999		Em 2002
	1992 - 1994	1995 - 1996	2002-2004
+ de 60%	Suécia ↘	Dinamarca ↗	
De 20% a 60%	Reino Unido ↘ Holanda ↔	Finlândia ↗ Noruega ↔	
Menos de 20%		Áustria ↗ Alemanha ↔	França ↔ Itália ↗ Espanha ↗ Irlanda ↗ Portugal ↔

Adaptado de: Lafferty, 2001

Disfunções

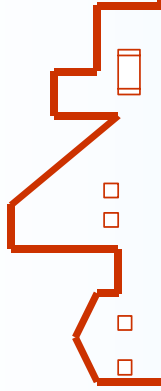
do nosso sistema político-administrativo
perante a Agenda 21 local

e da Agenda 21 Local perante o nosso
sistema político-administrativo local



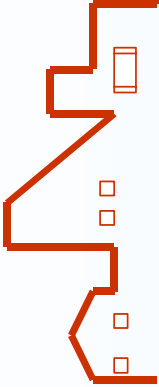
Disfunções do nosso sistema político-administrativo perante a Agenda 21 Local (1)

- **Factores estruturantes e históricos**
 - Tradicional “distância ao poder”, mesmo ao poder local, agudizada pela lógica de funcionamento do sistema político-administrativo local
 - Modo de recrutamento dos autarcas
 - Por outorga partidária
 - Sistema partidário local a funcionar de forma mimética relativamente ao poder central
 - (In)adequação da formação aos cargos a desempenhar (dadas as exigências actuais implicadas no complexo ordenamento jurídico e instrumentos de gestão territorial)



Relações entre os poderes central e local (2)

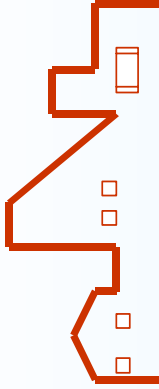
- Descricionabilidade do exercício dos altos interesses do Estado Central quando estão em causa projectos tidos por estruturantes
- Divórcio entre esferas e poderes com implicação sobre o território (imposição de instrumentos de OT: Rede Natura, Planos de Bacia; REN e RAN)
- Animosidade manifestada pelos autarcas face ao Estado Central,
- Incapacidade de aceitar a territorialização dos interesses nacionais nos espaços locais



Déficit de informação (3)

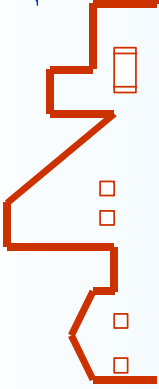
- **Insuficiente divulgação e circulação de informação**
 - Desenvolvimento de formas de *e-government*,
 - Diversificação dos canais de comunicação:
 - Confronto e presença directa
 - Estímulo local de figuras e formas de participação
 - (“Senados locais”)
 - Potenciar canais de ligação com instâncias supra-nacionais e/ou comunitárias

Sinais de mudança na implementação do Desenvolvimento Sustentável local (4)

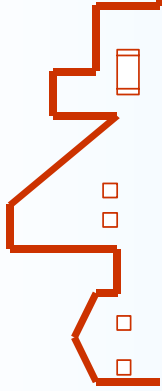


- Novo clima de alerta social suscitado pelos desequilíbrios ambientais – desejo de participação cívica crescente em matéria de ambiente e de OT
- Crescente interferência de instâncias internacionais na vida colectiva:
 - Directivas europeias, Convenção de Aarhus, Carta de Aalborg...
= “globalização localizada”

Disfunções da Agenda 21 Local perante o nosso sistema político-administrativo local (1)



- **Cultura local marcada pela ideia de tensão entre ambiente e desenvolvimento**
 - Abordagem das questões ambientais ainda associada a uma imagem de bloqueio, restrição, regressividade
 - Permanece na cultura política local uma noção de desenvolvimento dominada pelos indicadores mais básicos de primeira geração e ainda muito protagonizada pelo consumismo:
 - “Subdesenvolvimento modernizado”



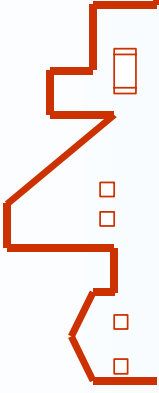
Agenda 21 Local solicita adaptação à realidade portuguesa (2)

- **Levando em conta:**

- um passivo de ressentimento com a pobreza
- A necessidade de equacionar indicadores sociais compostos
- as resistências bloqueadoras associadas à ideia de ambiente.

A21L exige uma forte acção informativa e formativa (3)

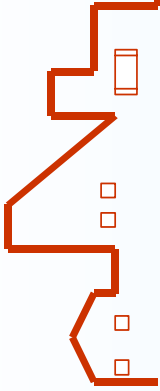
- Fabricar o empenho cívico
- Necessidades de desenvolvimento sentidas pelas populações
- Cidadãos têm que sentir que a agenda começa exactamente por eles (“Bottom-up”)



Sinais de mudança (4)

- Aspectos financeiros,
- Aspectos ligados com a formação e a informação na posse dos nossos autarcas,
- Uma *expertise* cada vez mais interessada, preparada e interventiva,

- Diferentes escalas de penetração da A21L entre os diversos municípios:
 - As grandes áreas metropolitanas,
 - As autarquias de escalão médio do interior,
 - As autarquias periféricas



Primeiros autarcas do Séc. XXI e Novas Estratégias Ambientais?

- **Nem os autarcas são do Século XXI,**
- **Nem as suas estratégias ambientais parecem novas.**